

## **Quem formava e quem forma o professor no Brasil? Estudo sobre as inflexões nas matrículas de licenciatura (2003-2015)**

Artur Gomes de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Analisamos a oferta de formação de professores no Brasil em Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, nas modalidades presencial e a distância. Com base nos microdados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estudamos o período de governo do Partido dos Trabalhadores (2003, 2007, 2011 e 2015). Gráficos, tabelas, quadros e mapas anamórficos expressam esse movimento histórico em nível nacional, regional e estadual. No segundo aspecto verificamos o efetivo crescimento da oferta: matrículas prioritariamente na modalidade a distância, em instituições particulares. As matrículas a distância no setor privado sem fins lucrativos se concentraram, em 2015, em universidades e as presenciais em faculdades. A formação presencial pública cresceu no ano de 2011, mantendo-se em 2015; percebe-se que somente de 2007 a 2011 houve pequeno investimento do Estado no aumento de matrículas presenciais, dobrando o atendimento a distância. Quanto às particulares, houve expansão na modalidade à distância e retração na presencial. De 2003 para 2015 o crescimento de matrículas na modalidade à distância em particulares foi da ordem de 2.855%. As curvas de crescimento da formação docente em IES privadas, na modalidade EaD – o crescimento, portanto, de um vasto campo de negócios –, operou-se no âmbito das políticas do Estado restrito em sua interlocução com Aparelhos Privados de Hegemonia e sob a consigna dos interesses do Capital, a quem interessa qualificar professores com um mínimo de “habilidades e competências” para formar trabalhadores brasileiros sem consciência de sua posição de classe.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Microdados do Censo da Educação Superior. Licenciaturas. Brasil/2003-2015. Política educacional.

### **WHO GRADUATES AND WHO GRADUATED THE TEACHERS IN BRAZIL? STUDY ON THE INFLECTIONS OF THE TEACHERS TRAINING ENROLMENTS**

#### ***Abstract***

*We analyzed the teachers training offers in Brazil into public and private Higher Education Institutions, under distance and in-classroom modalities. With the census micro-data of higher education, from the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), we studied the period of the Partido dos Trabalhadores government (2003, 2007, 2011 e 2015). Graphics, tables, and anamorphic maps express this historical move in national, regional and state level. In the second aspect we verify the effectively growth of the offer: enrolments primarily at the distance modality, on private institutions. The enrolments at the distance modality in the non-profits private sector were concentrated, in 2015, in the universities and the in-classroom in faculties. The in-classroom training growth in the 2011 year, keeping almost the same in 2015; we realize that only from 2007 to 2011 there were a small investment from State in the growth of in-classroom public enrolments, doubling the distance attendance. About the profit-making company, there were expansion in the distance*

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação e licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. E-mail: artur.gsouza@hotmail.com.

*modality and retraction in the in-classroom. From 2003 to 2015 the growth of distance modalitie enrolments in in profit-making companies were of 2.855%. The growth courves in teacher training under private institutions universitarias, in distance modality – the growth, then, from a large business field –, were made in the scope of restrict policies State in its interlocution with the Devices Private Hegemony and under the consigne from the Capital aims, to who matter qualify teachers with the minimum of class position conscience.*

**Keywords:** *Training of teachers. Census micro-data of Higher Education. Brazil/2003/2015. Educational Policy.*

## **1 Introdução**

*A partir de R\$189,00 mensais. Acessível para você!  
Maiores notas no Enade. Inscrições Abertas! Melhor  
Instituição em EaD.*

A epígrafe reproduz o anúncio de um curso na modalidade de Ensino a Distância (EaD) de pedagogia em uma das maiores instituições de ensino superior do país. O que está à venda neste – e nos muitos anúncios semelhantes que se espalham pelos *sites* mais visitados da Internet brasileira – é a formação de professores! Estampa-se a articulação entre financiamento, avaliações em larga escala e EaD que mutuamente se validam. Se perguntarmos sobre o sentido dessa relação, veremos que respostas pertinentes só podem ser encontradas no processo histórico que subjaz à política subalternizante de formação de professores em nível superior para a escola brasileira, agudizada após os anos de 1990 e aprofundada a partir dos anos de 2000.

Nas pesquisas que vimos realizando procuramos compreender a especificidade da formação docente articulada às vicissitudes do tipo particular de escola que se constituiu nesse período, no Brasil<sup>2</sup>. Sobre a formação atuam políticas que incidem em outros países da América Latina e Caribe, cujos interesses estão ligados ao capital internacional e aos das burguesias de cada país. O objetivo último do projeto de preparo do magistério, no caso brasileiro, encontra-se no desiderato de tornar o professor peça importante na formação de força de trabalho com relativa qualificação e o mais possível desprovida de consciência de sua posição nas relações capitalistas de produção. A compreensão acerca desse posicionamento liga-se sobremaneira ao modo como tal qualificação é projetada nos conteúdos e métodos dos cursos que formam os

---

<sup>2</sup> Referimo-nos especificamente ao trabalho que estamos desenvolvendo em conjunto com Allan Kenji Seki, no âmbito do Projeto de Pesquisa “Mapas da Formação Docente no Brasil (1999-2015)”, coordenado pela Professora Olinda Evangelista, bolsista produtividade do CNPq, atualmente sediado na Universidade Federal de Santa Catarina.

professores, quais sejam, os cursos normais, em nível médio, os de licenciatura, em nível superior, e uma miríade de tipos de formação continuada.

O presente texto nasceu da necessidade de conhecermos, com maiores informações e alcance analítico, a situação objetiva em que a formação em Instituições de Ensino Superior (IES) para atuação na Educação Básica, especificamente, se encontra, levando-se em conta a propalada “democratização” da Educação Superior nas últimas décadas. Pesquisadores como Malanchen (2007), Evangelista (2008; 2014), Costa (2017) e Mandeli (2014) forneceram elementos importantes para nosso percurso investigativo, pois suas conclusões sinalizaram para problemas complexos, dos quais destacamos os relativos às modalidades de ensino e natureza jurídica das instituições formadoras. Agregue-se que estudo realizado acerca do tema no Governo Lula demonstrou a criação, inédita, de mais de 30 políticas que envolviam a formação docente, direta e indiretamente (EVANGELISTA, 2014)<sup>3</sup>. A saga petista de formação docente parecia indicar que naquele período o interesse do Governo pela formação era real. Entretanto, ao mesmo tempo, outros mecanismos demonstravam que corria por baixo do argumento público o estímulo ao setor privado. Tal percepção se tornou clara paulatinamente: esse terreno havia se tornado um vasto campo de negócios! Isso nos conduziu a procurar o máximo possível de evidências tendo em vista mapear a situação da formação docente em nível superior no Brasil e sua difusão como mercadoria.

Se essa perspectiva estava clara, ela não pode ser derivada diretamente dos números gerais, pois foi de sua desagregação que pudemos chegar às evidências de nossa hipótese de trabalho. O movimento expansionista do Ensino Superior não se reduz ao número de cursos, pois isso levaria a conclusões incorretas. O segredo está no

---

<sup>3</sup> São eles: Proinfantil; Prolind; Procampo; Profuncionário; Pró-Licenciatura; Prodocência; Proinfo Integral; Programa Ética e Cidadania; Programa Universidade para Todos; Pró-Letramento; Mídias na Educação; Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio; Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; Rede de Educação para a Diversidade; Rede Interativa Virtual de Educação (RIVED); TV Escola; Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública; Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR I e II); Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME); Programa “Educação Inclusiva: direito a diversidade”; Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial; Pró-formação; Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas; Projeto Escola que Protege; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID; Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR, CAPES); Prêmio Professores do Brasil; Banco Internacional de Objetos Educacionais; Sistema Nacional Universidade Aberta do Brasil; Piso Salarial Nacional; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental; Incorporação da formação de professores pelos Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFET; Política de editais para financiar ações específicas. A listagem indica que as estratégias de formação do professor obedecem a formas variadas: cursos; atividades; material didático; redes de formação; prêmios; financiamento; avaliação; modalidades; IES públicas e privadas.

montante de matrículas acumuladas pelos cursos na modalidade a distância, o que fica evidente nos Gráficos 1 e 2. Em 2015, por exemplo, 562.934 (38,4%) das matrículas em licenciaturas concentravam-se em 619 (8,1%) cursos, ofertados na modalidade EaD. O número de cursos, então, não reflete o de matrículas, pois na modalidade EaD muitos polos são unificados em um curso (BRASIL, 2016, p.42), podendo existir cursos com matrículas por todo o Brasil, como o caso da Licenciatura em Pedagogia à distância da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) – instituição comprada pelo Grupo Kroton no final de 2011<sup>4</sup> – que concentrava 71.980 matrículas em 2015.

As principais fontes para a consecução de nosso objetivo foram os Censos da Educação Superior de 2003, 2007, 2011 e 2015 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) relativos ao último governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006-2007/2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014), os últimos do Partido dos Trabalhadores (PT). Coligimos as informações diretamente dos microdados do INEP, os quais foram sistematizados e reordenados de modo a sintetizar apenas os dados necessários para apanhar o movimento da expansão da oferta de cursos de licenciatura e a forma que tomou entre 2003 e 2015, ressalvadas as inconsistências presentes no banco de dados<sup>5</sup>. Privilegiamos o primeiro ano que se seguiu ao último de mandato presidencial para verificarmos o crescimento de cursos, matrículas e instituições que oferecem formação; a rede de negócios da formação docente e em que percentual a expansão ocorreu em cada governo<sup>6</sup>. Nossas escolhas metodológicas diferem de algumas utilizadas pelo INEP; por exemplo, em 2015,

---

<sup>4</sup> “Entre 2003 e 2011, a rede passou de um quadro de 1.800 alunos para 145.600.” (OSCAR, 2012).

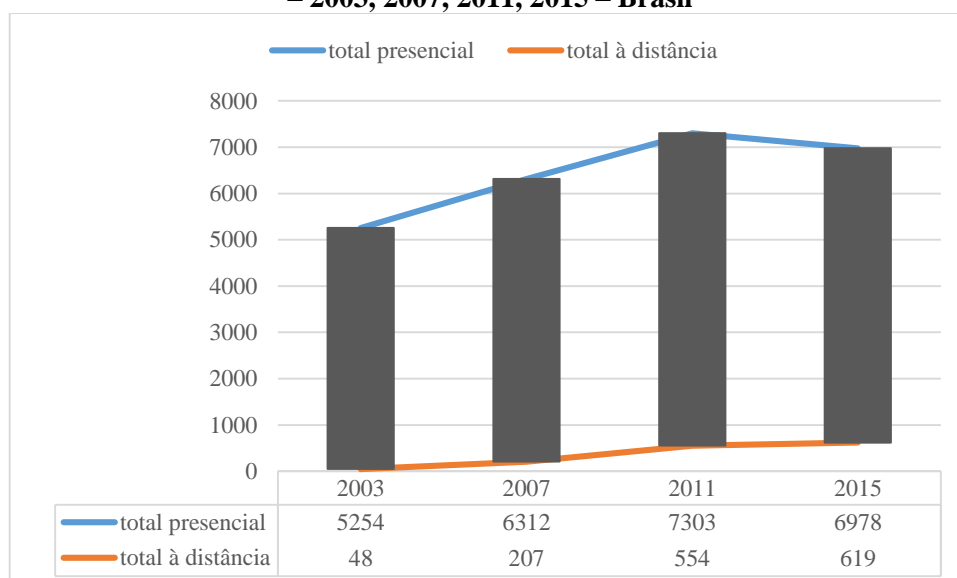
<sup>5</sup> Os bancos utilizados foram os de: 2003 presencial; 2003 à distância; 2007 presencial; 2007 à distância; 2011 aluno; 2014 aluno. Recodificamos as variáveis que representavam as mesmas informações nos diferentes bancos. Algumas variáveis, tal como categoria administrativa, apresentaram diferenças, sendo necessário atenção redobrada durante as recodificações e criação de categorias diferentes em cada banco. As inconsistências encontradas foram discutidas pela equipe de pesquisa. Nesse caso, diferentes ações foram realizadas: no banco 2003 presencial, 37 cursos foram excluídos por serem bacharelado e específicos de profissões que não representavam formação de professor e estavam erroneamente classificados, assim como outros quatro cursos que não apresentavam classificação. Por outro lado, sete cursos tiveram a classificação alterada para licenciatura e entraram nas análises. No banco 2003 à distância, um curso foi alterado para licenciatura e incluído. No banco 2007 presencial, excluíram-se 81 cursos quando constatado que se tratavam de bacharelado; no banco 2007 à distância um curso foi excluído. Foram localizados manualmente no *site* do *e-mec* e incluídos os cursos que não tinham o tipo de organização acadêmica especificado no ano de 2007, com exceção de 10 cursos presenciais não encontrados. Esse procedimento foi adotado para os dados relativos à organização acadêmica que não constavam nos microdados, buscamos pelo número do curso. Quando não encontramos o código do curso buscamos pelo código da instituição.

<sup>6</sup> Agradecemos à Carla de Oliveira Bernardo pela organização e análises dos bancos de dados de 2003, 2007 e 2011.

existiam 7.629 cursos de licenciatura, dos quais 7.597 pertenciam à grande área Educação. 32 licenciaturas tinham no INEP registro fora dessa área. Neste estudo trabalhamos apenas com as licenciaturas da área Educação.

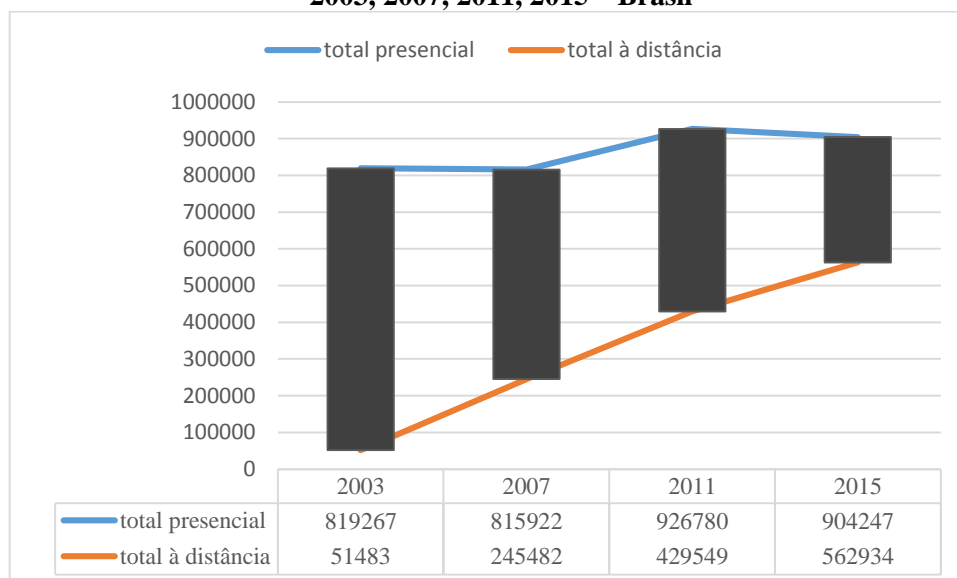
Procuramos verificar na grande área Educação em que cursos os professores são formados, quantos, em que modalidades, natureza jurídica das instituições formadoras, tipos de instituições. O conjunto das informações permitiu-nos desenhar um mapa da formação docente que só pode ser compreendido em sua inteireza se analisado em sua profunda relação com o movimento da economia, com o fenômeno da privatização e da financeirização, em sentido restrito, que atinge o coração do preparo do professorado brasileiro. Discutir tais determinações é fundamental para entender-se a amplitude do problema que temos a enfrentar.

**Gráfico 1: Número geral de cursos em licenciaturas presenciais e à distância – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior do INEP (2003, 2007, 2011, 2015)

**Gráfico 2: Número geral de matrículas em licenciaturas presenciais e à distância – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior do INEP (2003, 2007, 2011, 2015)

## **2 Formação docente na modalidade EaD em IES privada: proeminência na política de formação de professores**

O crescimento geral de matrículas em licenciaturas de 2003 para 2015 foi da ordem de 10% (84.980) na modalidade presencial e de 993% (511.451) na EaD; destas, 90% foram em IES privadas (461.634). Das novas matrículas, que surgiram de 2003 para 2015, 72% (429.863) foram em IES privadas. Ao mesmo passo em que as IES particulares cresceram vertiginosamente na modalidade à distância, 2.855% (338.187), suas matrículas presenciais reduziram 39,7% (-121.851). Se considerarmos as IES privadas e à distância o crescimento foi de 3.184% (461.634), enquanto as públicas cresceram 29% (109.038) na modalidade presencial e 130% (48.228) em EaD<sup>7</sup>.

Os dados expõem o crescimento no número de matrículas na modalidade a distância, em instituições privadas, mais acentuado nas IES particulares<sup>8</sup>, tendência crescente em todo o período, havendo um salto substancial entre os intervalos determinados. A formação presencial, que apresentou crescimento no setor público no

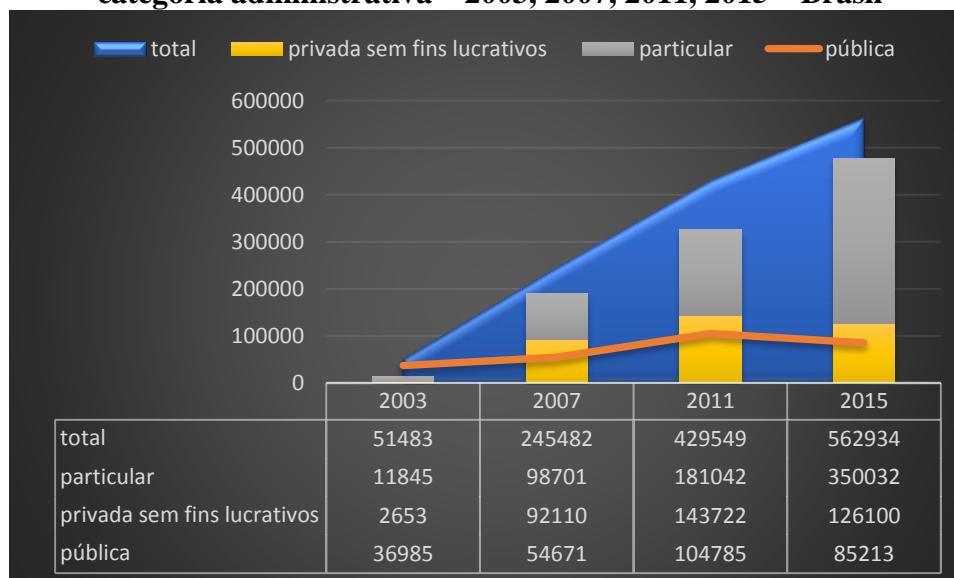
<sup>7</sup> As IES de categoria administrativa especial não foram contabilizadas como públicas ou privadas em nosso estudo e representaram 9.302 matrículas, 7.713 presenciais e 1.589 à distância. O INEP as considera como públicas municipais em suas harmonizações. No glossário do INEP (BRASIL, 2012, p.7) ela aparece como: “Instituição educacional oficial criada por lei estadual ou municipal e existente na data da promulgação da Constituição Federal, que não seja total ou preponderantemente mantida com recursos públicos, portanto não gratuita”.

<sup>8</sup> As IES que trataremos no trabalho como particulares são definidas pelo INEP como privadas com fins lucrativos.

ano de 2011, não sofreu alteração em 2015, o que conduz à conclusão de que somente de 2007 a 2011 houve investimento no crescimento de matrículas em licenciaturas presenciais no setor público. Esse investimento superou quantitativamente o crescimento do setor privado no período de 2007 a 2011, foram 183.284 novas matrículas no setor público e 111.641 no setor privado. A redução de 102.960 matrículas presenciais nas particulares com concomitante crescimento de 82.341 em EaD é parte da explicação. Verifica-se um movimento importante, em 2011, pois parece que o processo de substituição de matrículas presenciais pela modalidade EaD compõe organicamente o movimento de oligopolização que estava em andamento e explodiria no ano de 2015. A aquisição pela Kroton da UNOPAR<sup>9</sup>, em 2011, é um excelente exemplo.

O setor público abriu o caminho da formação em EaD e depois que as condições se tornaram mais favoráveis repassou ao setor privado. Parece ter ocorrido uma abertura de campo, legitimada pelas políticas oficiais e posterior entrega ao empreendedorismo burguês.

**Gráfico 3: Número de matrículas em cursos de licenciatura à distância por categoria administrativa – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base nos microdados do censo da educação superior do INEP (2003, 2007, 2011, 2015)

**Nota explicativa:** As IES especiais não foram consideradas nesse gráfico.

Como pode se observar no Gráfico 3, as particulares, na modalidade EaD, não pararam de crescer: passaram de 181.042 matrículas, em 2011, para 350.032 em 2015.

<sup>9</sup> Em 2015, das matrículas em licenciaturas na UNOPAR, 99% (131.319) eram na modalidade EaD.

O crescimento progressivo do Ensino Superior privado particular resultou de políticas educacionais que retiraram a esfera pública desta oferta, que intencionalmente abriram novos nichos de mercado educacional para o Capital. Tais nichos não se reduzem, evidentemente, à venda de vagas escolares. As organizações privadas, não necessariamente educacionais, encontram no Ensino Superior importante canal de investimentos. Vendem consultorias, currículos, sistemas de educação, apostilas, máquinas, material didático, *softwares*, vídeo-aulas programadas, inúmeras tecnologias de ensino, entre outras. Vendem reformas educacionais inteiras. Claramente, esse movimento não trata apenas de obter lucro, mas também de produzir formação sob uma perspectiva que extrapola a ideia de curso. Incorpora-se a ela o conjunto de programas, projetos, editais (e tudo o acima referido), assim como todas as iniciativas que dão conteúdo aos processos formativos, como avaliação de alunos e professores, protocolos a serem executados, *standards* a serem alcançados.

Percebe-se, então, que o Capital forma hoje o maior contingente de professores e de tal situação, ademais de auferir lucro, decorre um projeto político classista de qualificação do professorado<sup>10</sup>. O mote deste texto, então, atravessa o conjunto das reflexões teóricas e políticas em curso até o presente, mas responde também à importante provocação que se põe sobre os atuais processos de acumulação de capital sintetizados, entre outros, por Granemann (2007, p. 60) quando afirma que:

As necessidades de a acumulação capitalista encontrar novos espaços de valorização para “resolver”, ainda que momentaneamente sua crise, têm nas contrarreformas do Estado a sua expressão atual. Primeiro, pela privatização das empresas produtoras de mercadorias (no Brasil importante exemplo está na siderurgia, na produção de aço) e prestadoras de serviços (dentre outros, telefonia, água, gás, bancos); segundo, pela apropriação dos espaços até então ocupados pelas políticas sociais (previdência, saúde, educação, cultura, esportes, habitação etc.) convertidos eles mesmos em serviços-mercadoria e transmutados em negócios operados pela “iniciativa privada”; vale dizer, mercadejáveis como todas as demais mercadorias, sirvam elas ao “estômago ou à fantasia”.

A Educação tornou-se um bem mercadejável (GRANEMANN, 2007) do qual deriva a comercialização da formação de professores. A força econômica e política – indissociáveis – dos capitalistas que investem no setor é notável. A concentração de matrículas em geral (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) de 75,7% (6.075.152) em

---

<sup>10</sup> Nesse texto não tematizamos o conteúdo, nem as condições, da formação oferecida por essas IES. Diga-se, entretanto, que suas mensalidades são variadas e seu cardápio de organização curricular pretende alcançar o “gosto do freguês”.



mãos do setor privado em 2015 demonstra como a expansão da educação superior pública, ainda sem discutir seus conteúdos ou as formas pelas quais ocorre, não reverteu a tendência de forte concentração em mãos privadas. O que se verifica, aliás, é que a discreta expansão de vagas na educação superior pública foi acompanhada não só pelo aumento importante das matrículas nas IES privadas, mas também por uma modificação substancial e de caráter estrutural no interior das últimas, qual seja, algumas das maiores IES particulares começaram a operar na bolsa de valores.

Do ponto de vista legal, as condições para tais modificações estão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/1996. Em seu Art. 3º, conceitua educação nacional, composta de instituições públicas e privadas; no Art. 45 afirma que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”; do Art. 70 em diante possibilita que recursos públicos sejam destinados às IES privadas (BRASIL, 1996). Não à toa, a partir de 1997 o ensino superior privado conhecerá uma substantiva expansão. Esta lei não é o único marco normativo que explica a expansão desse tipo de instituição. É o caso, por exemplo, do Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), que organiza os tipos de instituições de ensino superior, descartando a Universidade como sua forma preferencial. À possibilidade de oferecer formação em faculdades e centros universitários agregou-se maior facilidade de expansão dos cursos de licenciatura, posto que não precisavam ser criados com todas as exigências de uma universidade. Para Ghirardi e Klafke (2017, p. 57), foi o

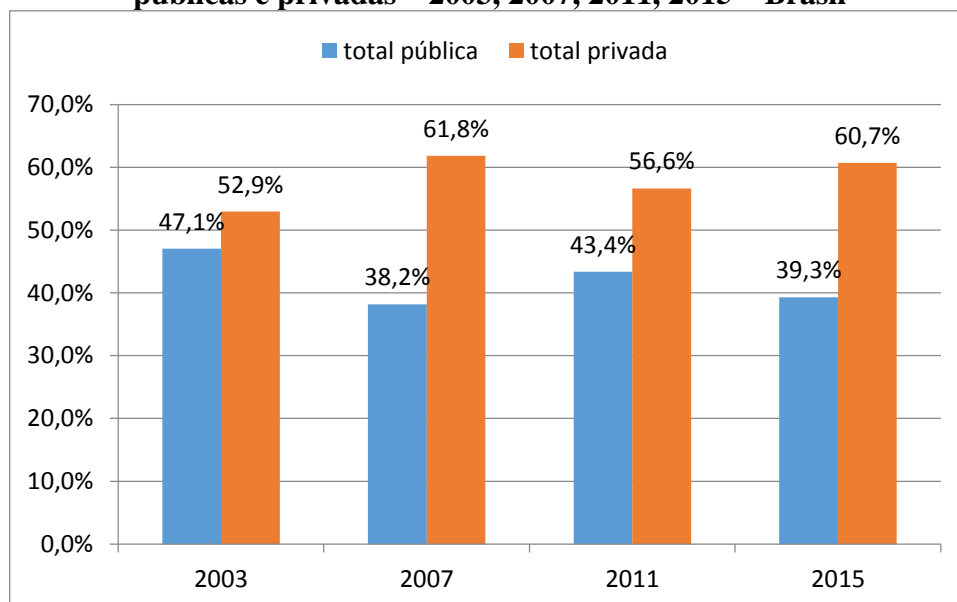
Art. 1º. do Decreto no. 2.306, de 19 de agosto de 1997, posteriormente reproduzido como art. 3º. do Decreto no. 3.860, de 9 de julho de 2001, que tem sido considerado o verdadeiro divisor de águas nesse campo, uma vez que possibilitou a entrada de sociedades empresariais no setor educacional, inclusive sociedades anônimas com ações negociadas em bolsa de valores.

Além da legislação permissiva, outros fenômenos do âmbito econômico deram sua contribuição, particularmente quando tratamos da financeirização de escolas de grande porte. Vemos aqui o papel do Estado como facilitador “em apoio às gigantestas corporações transnacionais” (MÉSZÁROS, 2015, p. 108). Entre as muitas medidas, podemos citar o sistema de financiamento estudantil, a exemplo do FIES, que deu ampla cobertura ao avanço do Ensino Superior particular sobre o fundo público. Ghirardi e Klafke (2017, p. 67) informam que 46% dos grupos de capital aberto

investiam no Curso de Serviço Social e 27,4% na Licenciatura em Pedagogia. Leher (2013, p. 5) denomina esse processo me “mercantilização de *novo tipo*”, derivada de uma lógica privada que não se restringe à Educação Superior particular; ao contrário, ela perpassa a educação pública.

O Gráfico 4 exemplifica como o setor privado abocanhou o percentual de matrículas no período de governos PT, passando de 52,9% em 2003 para 61,1% em 2015. Olhar o fenômeno de forma isolada em matrículas em número absoluto pode elidir o que ocorreu no período analisado. O crescimento de matrículas no setor público é um fenômeno aparental, pois, de fato, ele encolheu frente ao crescimento vertiginoso do setor privado. Assim, se tomarmos os dados de modo não correlacionado, poderíamos concluir que o Estado investiu na formação docente em IES públicas. Isso significa que embora o Governo petista tenha formulado mais de 30 programas ou projetos de formação, de fato, quem forma o professor no Brasil é a esfera privada. De um lado, as IES privadas sem fins lucrativos cresceram na oferta de licenciatura presencial e as IES particulares cresceram imensamente na oferta na modalidade EaD. O Gráfico 4 evidencia o encolhimento do setor público e o crescimento do setor privado.

**Gráfico 4: Percentual de matrículas em cursos de licenciatura em IES públicas e privadas – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**

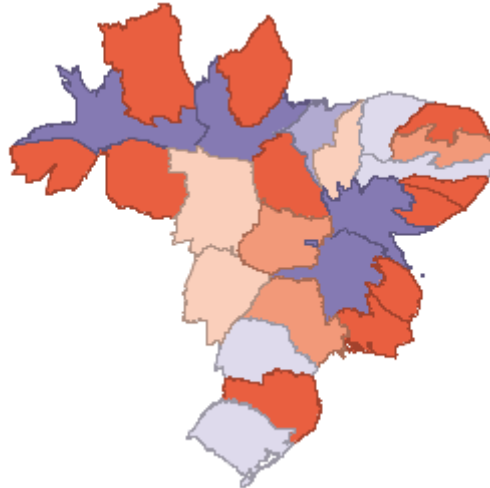


**Fonte:** Elaboração dos autores com base nos microdados do censo da educação superior do INEP (2003, 2007, 2011, 2015)

**Nota explicativa:** As IES especiais não foram consideradas nesse gráfico.

Quando trabalhamos os dados gerais de matrículas no Ensino Superior, em todos os cursos (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), verificamos no Mapa Anamórfico da Figura 1 que Estados como Pará e Amazônia carecem de vagas na Educação Superior para a formação de jovens, enquanto em Santa Catarina o atendimento é maior, não necessariamente suficiente.

**Figura 1. Mapa anamórfico 1: razão entre o número de matrículas em todos os cursos de graduação e os residentes em cada estado da federação, Brasil – 2015**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base no Censo da Educação Superior (2015) e PNAD/IBGE (2015)

A distorção no mapa se acentua imensamente quando verificamos, na Figura 2, que nos mesmos estados da Região Norte o que se oferece de formação superior concentra-se nas Licenciaturas. Santa Catarina diminui sensivelmente de tamanho, colocando-se as Licenciaturas entre outras graduações. Evidencia-se a disparidade de tratamento entre os estados, bem como o privilégio do sul do país na formação geral da juventude.

**Figura 2. Mapa anamórfico 2: razão entre o número de matrículas em cursos de licenciatura em relação à população residente em cada estado da federação – 2015**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base no Censo da Educação Superior (2015) e PNAD/IBGE (2015)

As Figuras 3 e 4 mostram que nos mesmos estados do Norte – Pará e Amazônia – há um relativo equilíbrio entre matrículas públicas e privadas em cursos de licenciatura, derrubando-se a ideia de que a “democratização” do ensino superior via expansão privada atingiria locais diferentes. Esclarece-se também que em estados como Paraná e Minas Gerais (estado berço da Kroton com a Pitágoras e onde há maior concentração de matrículas em licenciaturas da UNOPAR<sup>11</sup>) há maior presença das licenciaturas privadas.

---

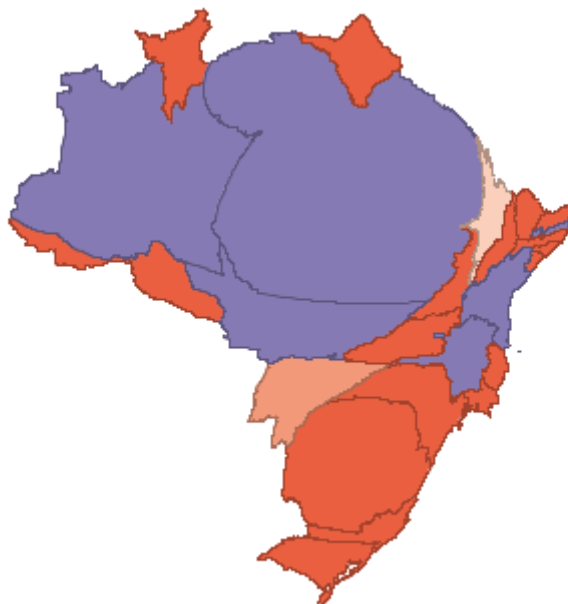
<sup>11</sup> Em 2015, dentre as matrículas em pedagogia EaD da UNOPAR, 22% (15.492) se concentravam no estado de Minas Gerais.

**Figura 3. Mapa anamórfico 3: razão entre o número de matrículas em cursos de licenciatura públicos em relação à população residente em cada estado – 2015**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base no Censo da Educação Superior (2015) e PNAD/IBGE (2015)

**Figura 4. Mapa anamórfico 4: razão entre o número de matrículas em cursos de licenciatura privados em relação à população residente em cada estado – 2015**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base no Censo da Educação Superior (2015) e PNAD/IBGE (2015)

### **3 A hegemonia das grandes escolas**

A análise que realizamos dos microdados do INEP evidenciou uma tendência importante a partir dos anos 2000, qual seja, a da concentração de matrículas em licenciaturas em empresas de grande porte, oligopolizadas<sup>12</sup>. Faz parte desta tendência a explosão da oferta de formação na modalidade EaD, assim como algumas escolas passam a receber aporte financeiro internacional, além de começarem investimentos na Bolsa de Valores. A Tabela 1 mostra as seis maiores escolas privadas no Brasil, embora três sejam a mesma, a Kroton S.A.. Nota-se que 25,1% das matrículas em Ensino Superior no Brasil estão em IES privadas. Ainda em termos nacionais, 17% das matrículas pertencem à Kroton. Se tomarmos essa empresa no interior das seis, ela centraliza 68% das matrículas. De qualquer ponto de vista, ela é a maior escola de formação de jovens em nível superior, particularmente de professores.

**Tabela 1. Frequência e percentual de matrículas das seis maiores mantenedoras de IES, 2015 – Brasil**

<b>Mantenedora</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Editora e Distribuidora Educacional S/A (Grupo Kroton)	134.704	9,2
Anhanguera Educacional Ltda (Grupo Kroton)	67.900	4,6
Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo-Assupero	54.754	3,7
Sociedade Educacional Leonardo da Vinci s/s Ltda (Grupo Kroton)	46.966	3,2
CENECT (Grupo UNINTER)	40.023	2,7
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda	24.527	1,7
<b>Total</b>	<b>368.874</b>	<b>25,1</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos microdados do Censo da Educação Superior do INEP (2015)

A denominação Kroton surgiu em 2007 quando a empresa Pitágoras abriu seu capital na BM&FBovespa sob essa designação (KROT11). Em 2009, “a Kroton recebeu um novo aporte financeiro de um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, a *Advent International*, que a partir de então compartilharia o controle da Companhia com os sócios fundadores.” (KROTON, 2017).

Interessantemente, a terceira maior empresa – do Grupo Objetivo (Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo ASSUPERO) – aparece como “privada sem fins lucrativos”. Isso é estranhável, pois é mantenedora de 21 IES, além de possuir três estações de TV e uma de rádio. O Grupo UNINTER foi criado em 1996 como Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX), para oferecer formação presencial a professores da Educação Básica, em Curitiba. A partir de 2003 começa sua atuação na modalidade a distância. (UNINTER, 2017). A Estácio de Sá

<sup>12</sup> Esse debate está apenas começado. A pesquisa encontra-se em andamento.

abriu seu capital na bolsa de valores em 2008, quando se associa à *GP Investments*, e em 2009 inicia a operação com a modalidade a distância.

Foi após esses dois movimentos – abertura de capital na bolsa de valores e “operação” da EaD – que essas empresas explodem em tamanho e a formação docente passa a ter seu sentido dado por seu valor bursátil. Esse é um campo no qual nossas pesquisas não avançaram suficientemente. Entretanto, não resta dúvida de que há aí um importante veio de estudos para compreendermos, em maior escala, o projeto do capital para a formação docente no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em: 4 jul. 2017.

BRASIL. INEP. Glossário. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/questionarios\\_e\\_manuais/2012/glossario.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2012/glossario.pdf)>. Acesso em: 10 março 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BRASIL. MEC. CGDIRES. DPR. SERES. *Sistema e Cadastro e-MEC: Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior*. Brasília, Nov., 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/encontro\\_nacional/2016/sistema\\_cadastro\\_e-mec.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/encontro_nacional/2016/sistema_cadastro_e-mec.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2017.

COSTA, Hellen Balbinotti. *Financeirização e o negócio da formação docente*. TCC. Florianópolis, SC: UFSC, 2017.

ESTACIO. *História*. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

EVANGELISTA, O. (Org.). *O que revelam os slogans na política educacional*. 1. ed. Araraquara – SP: Junqueira e Marin, 2014. v. 1.

EVANGELISTA, O. Faces da tragédia docente no Brasil. MOTTA, Vânia C. da; PEREIRA, Larissa D. *Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica*. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris; Serviço Social, 2017. p.159-185.

EVANGELISTA, O. Política de formação docente no Governo Lula (2002-2010). Relatório final. Florianópolis, SC: UFSC, 2014.

EVANGELISTA, O.. Conhecimento e Diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. *Perspectiva* (UFSC), v. 26, p. 551-570, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/12148/0>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

GHIRARDI, José Garcez; KLAFKE, Guilherme Forma. Crescimento dos grupos educacionais de capital aberto (2010-2014). In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. *Em Pauta*. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Número 20, 2007. p. 57-68. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/159>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

KROTON. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

LEHER, R. *Controle da educação superior privada pelos fundos de investimentos: uma mercantilização de novo tipo*. Relatório parcial de pesquisa 2012-2013. Rio de Janeiro. UFRJ, 2013. (mimeo)

MALANCHEN, Julia. *As políticas de formação inicial a distância de professores no Brasil: democratização ou mistificação?* 2007. 13 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90239>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

MANDELI, Aline de Souza. *Fábrica de professores em nível superior: a Universidade Aberta do Brasil (2003-2014)*. 2014. 262 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128910>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

MÉSZÁROS, István. *A Montanha que Devemos Conquistar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

OSCAR, Naiana. A maior aquisição da história da educação: a Kroton leva a Unopar. *Revista Exame*. Abril. Jan., 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/a-maior-venda-da-historia/>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

SHIROMA, Eneida Oto. A formação do professor-gestor nas políticas de profissionalização. *Revista e-Curriculum* (PUCSP), v. 7, p. 1-20, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6778>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

UNINTER. *O grupo*. Disponível em: <<https://www.uninter.com/o-grupo/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.